

A Percepção Religiosa nos Estudantes Angolanos do Ensino Superior

The Religious Perception of Angolan Higher Education Students

La Percepción Religiosa de Los Estudiantes de Educación Superior Angoleños

José Brissos Lino¹

Universidade Lusófona, Portugal

jose.lino@ulusofona.pt

Conceição Domingos José dos Santos²

Instituto Superior Politécnico Atlântida, Angola

dawton2012@hotmail.com

Pedro Songo Barros³

Instituto Superior Politécnico Atlântida, Angola

psongo2018@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda a percepção religiosa de estudantes do ensino superior em Angola e dá conta dos resultados da investigação desenvolvida a partir de um instrumento de pesquisa na forma de questionário *online*, que obteve 893 respostas válidas. Começa por definir o território angolano do ponto de vista histórico, geográfico e antropológico passando depois a uma caracterização religiosa do país e das relações do poder político com as diferentes confissões. Finalmente especifica o instrumento de pesquisa utilizado e apresenta os dados recolhidos.

Palavras-chave: Angola, Confissões religiosas, Poder político.

Abstract

This article addresses the religious perception of higher education students in Angola and reports on the results of the investigation carried out using a survey instrument in the form of an online questionnaire, which obtained 893 valid responses. It begins by defining the Angolan territory from a historical, geographical, and anthropological point of view, then moves on to a religious characterization of the country and the relations of political power with different confessions. Finally, it specifies the research instrument used and presents the data collected.

Keywords: Angola, Religious confessions, Political power.

¹Doutor. Professor auxiliar. Director do Mestrado em Ciência das Religiões.

²Licenciado. Assistente

³Licenciado. Assistente

Resumen

Este artículo aborda la percepción religiosa de los estudiantes de educación superior en Angola e informa sobre los resultados de la investigación realizada mediante un instrumento de encuesta en forma de cuestionario en línea, que obtuvo 893 respuestas válidas. Se comienza por definir el territorio angoleño desde un punto de vista histórico, geográfico y antropológico, para luego pasar a una caracterización religiosa del país y las relaciones de poder político con diferentes confesiones. Finalmente, especifica el instrumento de investigación utilizado y presenta los datos recolectados.

Palabras clave: Angola, Confesiones religiosas, Poder político.

Introdução

Este artigo reflecte parte do projecto de investigação internacional que decorre desde 2019 entre instituições do ensino superior de três países em outros tantos continentes: Angola (ISPA-Instituto Superior Politécnico Atlântida, Luanda), Brasil (UDESC-Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis) e Portugal (ULHT-Universidade Lusófona, Lisboa).

A parte em que este texto se concentra é apenas na análise dos dados da pesquisa relativos ao instrumento utilizado em Angola, e mais especificamente no tratamento das respostas fornecidas pela comunidade educativa do ISP Atlântida.

Assim, este artigo aborda a percepção religiosa de estudantes do ensino superior em Angola e dá conta dos resultados da investigação desenvolvida a partir de um instrumento de pesquisa na forma de questionário *online*, que obteve 893 respostas válidas.

Num futuro próximo serão apresentados os resultados totais da pesquisa, que envolvem uma amostra da população estudantil dos três países, tanto em termos isolados como comparativos.

Sobre o fenómeno perceptivo

É sabido que a forma como percebemos a realidade muitas vezes é distinta do modo como outros a entendem. O perceber e a leitura de cada um face ao mundo que o rodeia são sempre marcados por um conjunto de factores onde se inscrevem desde logo as culturas, a grelha de valores de cada indivíduo, os seus conhecimentos, saberes e história de vida.

Como não podia deixar de ser a religião ocupa um lugar de relevo no mundo contemporâneo, ao contrário do que muitos preconizavam no passado. Ela assume-

se hoje como factor identitário, como marca distintiva nas sociedades e todos os dias ocupa parte dos noticiários internacionais embora nem sempre pelas melhores razões. Não só a crença religiosa gera formas particulares de ler a realidade como também a influencia, visto que os indivíduos em sociedade não são meros observadores mas interagem uns com os outros.

O território angolano, localização e limites geográficos

Como é de conhecimento histórico, o nome da actual República de Angola deriva de um soberano que reinou nos séculos passados chamado Ngola, antigo rei do Ndongo, pai da famosa rainha Nzinga Mbandi. É de recordar que o reino do Ndongo no passado controlava as actuais províncias de Luanda, Bengo, Malange, Kwanza Norte e uma parte do Kwanza Sul.

Angola situa-se na África Central Ocidental, a sul do Equador. O seu território estende-se entre os 5 e 18 grau de latitude sul, e entre os 12 e 24 graus de longitude sul a leste de Greenwich. A topografia de Angola pode ser dividida em três zonas principais, oeste para leste, em direcção ao interior. Primeiro, há uma região costeira de terras baixas, com pouco mais de 150 quilómetros no seu ponto mais largo, que abrange quase toda a faixa longitudinal do país desde o extremo norte, junto a foz do rio Congo, até ao extremo sul. A seguir encontramos uma faixa estreita de sub-planalto que se eleva de 300 a 1000 metros de altitude. A zona mais oriental, um verdadeiro planalto, eleva-se numa série de mesetas com uma altitude entre 1200 e 2100 metros aproximadamente.

Angola tem uma grande variedade de clima, vegetação e relevo. A dimensão do território é importante. É uma das maiores unidades geográficas do continente africano: mais de 1.246.700 milhões de quilómetros quadrados de área, o equivalente, às áreas somadas dos estados de Texas e do Arizona, ou do conjunto das áreas de França, Inglaterra e Espanha, aproximadamente catorze vezes o tamanho de Portugal. Para oeste, o Atlântico, para norte e leste a bacia do rio Congo, e a sul estende-se o vasto deserto do Namibe. De acordo com o censo populacional de 2014, o território de Angola é habitado por mais de 28 milhões de habitantes.

A costa de Angola encontra-se a sul do Atlântico, tendo como os principais portos do século XIX, Luanda e Benguela. Os principais rios de Angola correm na direcção do Brasil, têm os seus equivalentes do outro lado do Atlântico sul nas mesmas

latitudes virtuais: Pernambuco (Recife) para Luanda e Baía (São Salvador) para Benguela (Whehler, 2009, P. 26). Segundo a história a semelhança geográfica entre Angola e Brasil fez com que a suas relações históricas e culturais se aprofundassem. Desde o século XVI que os alimentos de subsistência são os mesmos, como a mandioca, a batata-doce e o milho, produtos consumidos pela grande maioria da população de ambos os países, tendo estas culturas sido introduzido no Brasil pela colonização portuguesa, desde o início do século XVI.

Invadindo a África Central a partir do Reino do Congo, onde foram introduzidas estas culturas fazendo de Angola uma base botânica para o Brasil e proporcionando alimento a milhões de angolanos, bem como aos seus vizinhos. Já o papel de Angola enquanto região fornecedora de escravos para o Brasil teve consequências bem menos agradáveis.

Um geógrafo americano sugeriu certa vez que existiam seis províncias geográficas em Angola: Luanda, a região do Congo, Benguela, Namibe, Alta Zambézia e a fronteira desértica do Calahari. Apesar da administração europeia ter dividido o território numa série de distritos e subdistritos diversos, esta divisão geográfica transcende as demarcações administrativas tradicionais e incorpora algumas características geográficas importantes, tanto de Angola como de África Central. Neste esquema, Luanda, Benguela e Namibe são províncias nucleares, regiões que se estendem a partir da costa para o interior. (Whehler, 2009, P. 27).

Estas províncias, com as respectivas cidades e limites litorais como ponto de partida para a penetração dos colonos portugueses, ao longo da sua permanência em Angola, continuaram a ser rotas comerciais de longo curso na África Central, permanecendo como regiões mais desenvolvidas do território angolano e com elevada densidade populacional. Ao longo de séculos as três províncias foram-se tornando menos marginalizadas, com uma actividade económica reduzida e diversidade climática. Assim, a região de Luanda foi a primeira área de actividade comercial europeia em Angola, depois dos contactos dos portugueses com os povos da área da fronteira do Congo, a sul do rio Congo. Importa dizer que as terras do nível do mar de Luanda são essencialmente desoladas e secas, tendo um solo pobre. A população de Luanda, quer na parte continental quer nas ilhas, será obrigada a procurar alimento em outras áreas, nomeadamente a norte, na área fértil agrícola junto do rio Bengo, onde se podem encontrar muitos alimentos, águas doces e salgadas, e também no rio Cuanza cujo solo é fértil.

A região de Luanda tem a vantagem de ser atravessada pelo rio Cuanza, o maior de Angola a seguir ao Congo, sendo este rio o corredor de migrações ocidentais dos povos africanos provenientes do leste e do norte. Para os colonos o referido corredor funcionava como uma autoestrada para o desenvolvimento do comércio e da colonização para leste. Levando um esforço ao longo das suas margens durante séculos, com maior ênfase no norte de Angola, lentamente, os estrangeiros brancos e os povos africanos estabeleceram contactos estreitos sobretudo no domínio das culturas mais ricas do território. O rio é navegável por mais de duas centenas de quilómetros, para além das cascatas existentes ao longo do percurso, como a Cascata de Cambambe. A partir da costa foi possível chegar até a região alta da província de Luanda intercalada por zonas de terrenos acidentados, e este planalto foi mais acessível a partir da costa e da elevação mais moderada do que os planaltos do fim de Angola, ajudando à penetração e colonização europeia. Mas sucedeu o contrário com os planaltos do sul, mais difíceis de alcançar do que os do norte. Segundo a história de Angola menos de um século depois da fundação de Luanda em 1576, os colonos portugueses tinha entrado mais de 290 quilómetros para o interior do país, enquanto na região de Benguela foi preciso esperar dois séculos para atingir a mesma distância. A Província de Benguela tem sido referida como centro de Angola devido à sua posição geográfica, ao acesso que proporciona aos grandes planalto da África e à sua importância enquanto área de densidade populacional, é de referir que, o seu solo é mais rico do que o da província do Namibe que fica mais próximo do deserto (Whehler, 2009, p. 28).

Das três principais regiões, a da província do Namibe foi a última a ser colonizada pelos europeus. Tinha um povoamento aparentemente disperso a partir da costa seca e desértica onde a areia acaba quando começam as ruas da cidade, e o planalto eleva-se abruptamente para leste dificultando o acesso para o interior. A sul do Namibe fica a árida região da fronteira do Kalahari.

De acordo a história de Angola, foi na região do Congo que se registaram alguns dos primeiros contactos entre africanos e europeus, fazendo parte da periferia da bacia do Congo e tendo um relevo baixo, florestas densas e clima húmido, o que desencorajava a permanência de europeus e o desenvolvimento significativo da região.

A capital do antigo reino africano, Mbanza Congo (rebaptizada como São Salvador pelos portugueses e assim designada até 1975), situa-se num planalto baixo, em posição relativamente isolada a cerca de 160 quilómetros do ponto mais próximo do rio Congo, e a cerca de 230 quilómetros da costa ocidental (Whehler, 2009, p. 29).

Durante o século XVI, Luanda começou a rivalizar e posteriormente a ultrapassar Mbanza Congo como principal foco de interesse europeu e do desenvolvimento e expansão para o interior.

Há uma pequena parcela do território angolano a norte do rio Congo, o enclave de Cabinda, com 7250 quilómetros quadrados de área. Em 1970 não tinha nenhum porto importante e o seu interior era descrito como floresta tropical e húmida, mas é possível que o seu futuro se torne diferente, visto terem sido descobertas grandes reservas de petróleo ao lado da costa atlântica. O clima tropical de Angola teve influência crucial na história do território. Existe duas estações principais: a estação das chuvas, que começa normalmente no início de Setembro e se prolonga até fim de Abril ou início de Maio, sendo de Junho a Agosto a estação denominada seca (o cacimbo), sendo Maio e Agosto meses de transição. A estação do cacimbo deve o seu nome ao nevoeiro matinal típico dos meses secos. Em Angola, tal como noutros locais, as estações influenciaram a guerra e a paz. A estação do cacimbo era favorável quando os europeus organizavam as campanhas militares e expedições ao interior. Mas a estação das chuvas era favorável para os africanos organizarem a guerrilha contra os europeus.

Em 1961 os rebeldes africanos atacaram durante a estação das chuvas. A área costeira de Angola e as zonas interiores mais próximas do vale do Cuanza eram bastante temidas e ficaram conhecidas como “cemitérios dos brancos”, o que levou um poeta português anónimo do século XVII a apontar o norte de Angola como um sítio fatal para os europeus do seu tempo. Além disso o clima era adverso aos portugueses.

Caracterização religiosa de Angola

No país não existe um estudo aprofundado sobre os novos movimentos religiosos, sua organização interna, crenças em misticismo e magia, assim como crenças tradicionais que invocam a ancestralidade, nem sobre o poder de profetas e pastores. GOUVEIA (2006) afirma que a “lei que vigora no país não ajuda a normalizar as relações entre as confissões religiosas e o Governo”.

No caso concreto de Angola há mais de 18 anos que algumas confissões religiosas aguardam legalização. Neste momento apenas 84 denominações religiosas existem legalmente e estão autorizadas a realizar actividades. As restantes operam de forma ilegal por não conseguirem cumprir os procedimentos que a lei determina. Dentre vários requisitos exigidos ao reconhecimento formal duma confissão religiosa estão 100 mil assinaturas de fiéis maiores de idade e reconhecidas presencialmente pelo

notário, num país que tem 24 milhões de habitantes e mais de 2.000 confissões ilegais.

Em muitos países do mundo existe uma multiplicidade de confissões onde os ministros respeitam a constituição e as leis ordinárias do país, assim como a liberdade de consciência dos cidadãos. Esses países criaram uma lei que enquadra o campo religioso, permitindo respeitar a liberdade de consciência e de culto sem violar os preceitos legais. Em Angola verifica-se um ambiente de imposição de poder e demonstração de força desnecessária desde o período do partido único, quando a religião foi declarada “inimiga do Estado” como afirma Pélissier (2011). Alguns desses países acederam à independência ainda antes de Angola e possuem boas relações com o espectro religioso.

Religião e poder político

Desde a independência que a relação entre o poder político e a religião em Angola foi marcada ora pela intolerância ora pela ambivalência. O ateísmo marxista-leninista instaurado naquele momento histórico serviu de base para que as confissões religiosas fossem alvo de perseguição.

Benedict Schubert, no seu estudo sobre as posições políticas dos protestantes na pós-independência, descreve a estratégia do MPLA para o controlo das igrejas no período de partido-estado, quando o projecto totalitário do angolano procurou encontrar maneira de enquadrar as igrejas no sistema, que lhe permitisse em simultâneo neutralizar o perigo potencial que elas poderiam representar na sua qualidade de únicas organizações de massas fora do controlo directo do Estado. Ora, esse claro objectivo político de controlo das confissões religiosas por parte do Estado haveria de ter continuidade até ao tempo presente.

De facto, uma certa ambivalência utilizada como estratégia por parte do poder político torna-se eficaz, quer ao nível de discurso quer do ponto de vista físico, resultando em discriminação. O poder político oferece privilégios aos aliados e recusa-os aos que lhe são hostis, mas as confissões religiosas também seguem idêntico caminho.

Proliferação da Religião – período pós-independência (1975-2003)

1975: Independência nacional (11 de Novembro); Instauração da ideologia de estado marxista-leninista; Primeira grande afronta de uma entidade religiosa ao poder político (Simão Toco).

1976: Primeiro modelo de relacionamento entre a igreja e o Estado: a Igreja Metodista é salvaguardada por Agostinho Neto.

1978: Extinção da Emissora Católica de Angola, Rádio Eclésia, através do Decreto n.º 5/78 de 25 de Janeiro.

1980: O Ministério da Justiça ordena o registo de todas as igrejas existentes, no prazo de 90 dias” (Decreto Executivo 19/80).

1987: Execução de 35 fiéis no Bairro Terra Nova, Luanda, devido a violência política do governo contra as Igrejas (15 de Fevereiro).

1990: Prisão de 300 fiéis da confissão religiosa “Testemunhas de Jeová”.

1991: Processo de reconhecimento das Igrejas e organizações religiosas face à Lei Constitucional revista (Decreto Executivo, art.º 4.º).

1992: Reconhecimento de 29 igrejas, através de vários decretos.

2003: O Ministro da Comunicação Social acusa a Rádio Eclésia da prática de “terrorismo de antena.”

Os protestantes e o conflito angolano

Em função das inquietudes decorrentes dos acontecimentos acima referidos, qual terá sido o papel do protestantismo no processo político-militar?

A Igreja Congregacional, a Igreja Evangélica de Angola, a Igreja dos Irmãos em Angola, a Igreja Baptista em Angola, a Assembleia de Deus Pentecostal e a Igreja Metodista, representaram comunidades protestantes que, na fase conflituosa de descolonização e transição, entre 1974 e 1977, procuraram, através dos movimentos

nacionalistas, ganhar espaço e liberdade para conseguirem participar de maneira activa e reconhecida na nova construção da nação. Mas esta ligação das igrejas com movimentos políticos não resultou na realização do seu sonho de participação na responsabilidade política, acabando por cavar divisões e discórdia no campo do protestantismo angolano.

A estratégia político-geográfica perseguida pelo “antigo regime”, a fim de salvaguardar os seus interesses no âmbito político-religioso, optou por dividir as igrejas protestantes em diferentes grupos étnicos, por receio de que estes viessem a representar ameaça ao Governo, em nome da ideologia, o que provocou a deterioração da liberdade religiosa no país. Os grupos religiosos foram separados por dialectos étnicos, no intuito de os delimitar e evitar a propagação noutros espaços geográficos. Já o poder colonial era a favor da Igreja Católica por de alguma forma estar vinculada ao Estado.

Cerca de noventa por cento dos militantes dos três movimentos envolvidos na luta de libertação nacional eram protestantes, o que gerava instabilidade ao salazarismo. Com a queda do regime português o MPLA passou a ser o partido dominante e influenciou o Governo ao inspirar a ideologia comunista ou do partido único. Católicos e metodistas passaram a usufruir de regalias oficiais proporcionadas pelo novo poder.

Plataformas confessionais no controlo da proliferação religiosa

O Ministério da Cultura criou a fórmula das plataformas como instrumento de controlo, regulação e orientação de inúmeras igrejas espalhadas um pouco por todo território nacional, sendo que cada uma delas agrupa mais de cem igrejas, isto é, grupos religiosos de diferentes confissões. Segundo a Directora do Instituto Nacional do Assuntos Religiosos (INAR), Josina de Carvalho, “a ideia dessas plataformas é congregar um número considerável de denominações religiosas, a fim de se instituir uma legalização colectiva que não fira as convicções particulares de cada confissão, daí que o apelo do Governo é que estas denominações se organizarem em plataformas”.⁴

⁴ Jornal O País.

O “Conselho de Igrejas de Reavivamento de Angola (CIRA)”, as “Igrejas de Coligação de Angola (ICCA)” a plataforma encabeçada pelo reverendo Luís Nguimbi e a “União das Igrejas do Espírito Santo de Angola (UIESA)” constam na lista do quarteto das plataformas, que fica completa se tiver em conta as comunidades integradas na plataforma “Igrejas Cristãs de Angola (CNICA). A UIESA durante muitos anos agregava mais confissões religiosas, devido ao facto de ser liderada pelo pastor Antunes Huambo, actualmente Administrador do Distrito da Cidade Universitária, de quem seus filiados esperavam maior facilidade no processo de legalização devido ao estatuto ocupado por este religioso na arena política. Todavia alguns especialistas consideram que a proliferação das igrejas e das consideradas seitas religiosas será imparável.

Instrumento de pesquisa utilizado

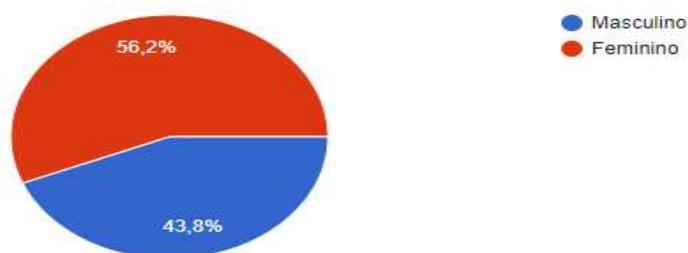
O instrumento de pesquisa utilizado nesta investigação foi um questionário dirigido aos estudantes do ISP Atlântida, no modo *online* e que obteve 893 respostas válidas. A opção por este modelo deveu-se a uma questão de conveniência e facilidade de procedimentos.

O questionário era composto de 26 questões incluindo o inquérito sócio-demográfico, o qual continha pedido de informação sobre género, idade, nacionalidade e filiação religiosa. Depois apresentava igualmente questões sobre a formação académica em curso e a profissão que gostaria de exercer depois da sua formação, antes de entrar nas perguntas directamente ligadas à percepção religiosa dos inquiridos.

Resultados da investigação

Verificou-se que 56,2% dos respondentes identificaram-se como do sexo feminino e 43,8% do masculino, o que sugere um equilíbrio entre sexos com tendência para maior representação das mulheres, o que, de resto, estará em linha com a tendência geral da frequência do ensino superior em Angola e no mundo.

Gráfico nº1: Distribuição por sexo



Relativamente à nacionalidade verificou-se que apenas 3% dos respondentes são estrangeiros, com destaque relativo para Brasil (5), Portugal (4), República Democrática do Congo (2), China (2), Estados Unidos (2), França (2), Cabo Verde (2) e Itália (2), estando ainda representadas as seguintes nacionalidades com apenas um respondente: Turquia, México, Colômbia, Cuba e Argentina.

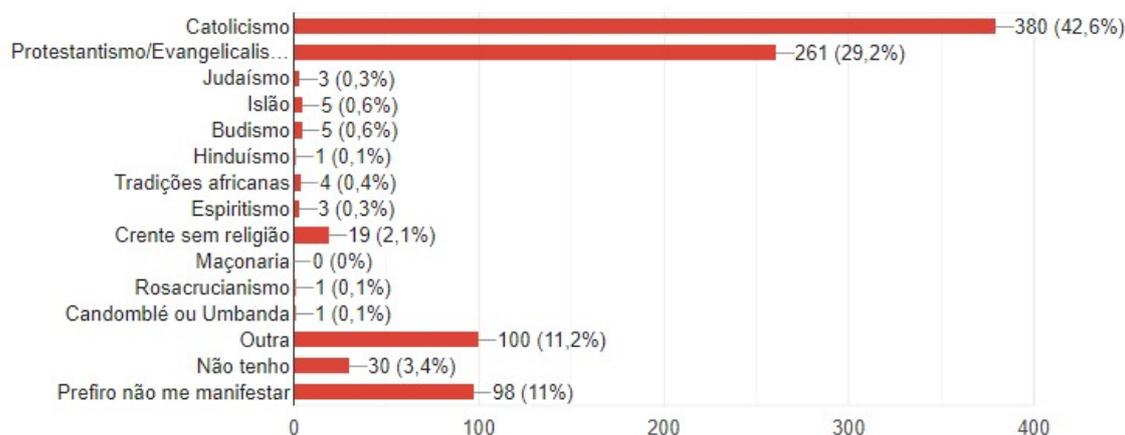
Quanto à filiação religiosa, 11% dos indivíduos preferiram não se manifestar, hipótese obviamente permitida pelo questionário. Dos outros, 3,4% declararam não ter fé religiosa (30), e 11,2% afirmaram tê-la, contudo não se identificaram com as confissões apresentadas na questão (100).

É de notar que 2,1% dos respondentes declararam-se “crente sem religião” (19), o que, apesar de estatisticamente pouco expressivo, parece inscrever-se numa tendência mundial contemporânea.

De resto, a esmagadora maioria dos inquiridos assumiu-se como ligados à fé cristã (71,8%), distribuindo-se 42,6% deles pelo Catolicismo (380) e os restantes 29,2% pelo Protestantismo/Evangelicalismo (261).

Irrelevantes em termos estatísticos revelaram-se as opções Judaísmo (3), Islão (5), Budismo (5), Hinduísmo (1), Tradições africanas (4), Espiritismo (3), Rosacrucianismo (1) e Candomblé ou Umbanda (1). Já a opção Maçonaria não teve qualquer resposta.

Gráfico nº2: Distribuição por filiação religiosa

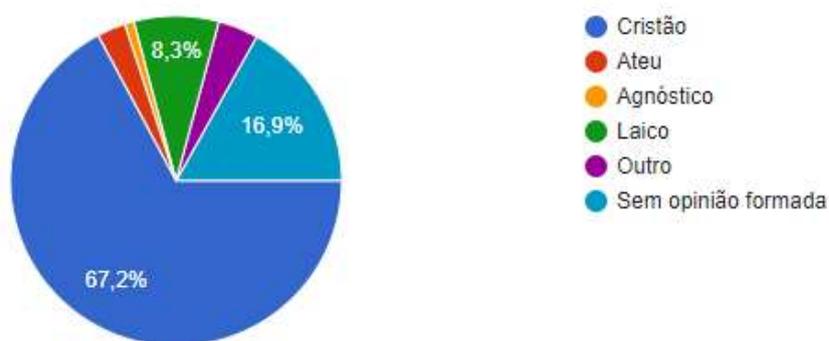


Relativamente ao grau de ensino que frequentavam, 75,6% dos inquiridos afirmaram frequentavam cursos de licenciatura/bacharelato (675), 5,2% faziam mestrado (46), 3,1% doutoramento (28) e 16,1% declararam frequentar um grau não especificado (144).

Questões sobre o país e o espectro religioso

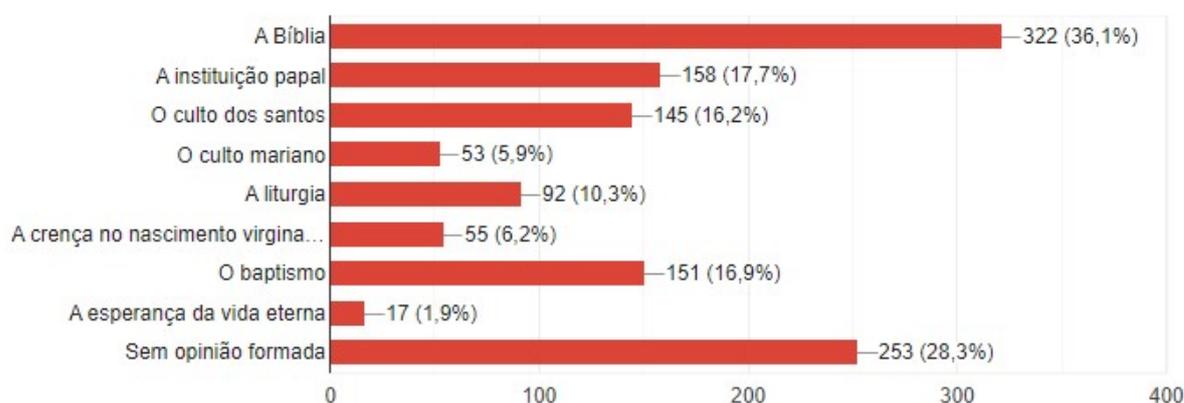
Os respondentes afirmaram maioritariamente considerar o país como cristão (67,2%), todavia 8,3% nomearam-no como laico e 16,9% não têm opinião formada. Esta última resposta parece sugerir desconhecimento do campo religioso. Resta saber também se os que assinalaram a opção “laico” se queriam referir ao estatuto jurídico-constitucional do país ou se consideraram outro sentido para o termo.

Gráfico nº3: Distribuição por percepção religiosa do país



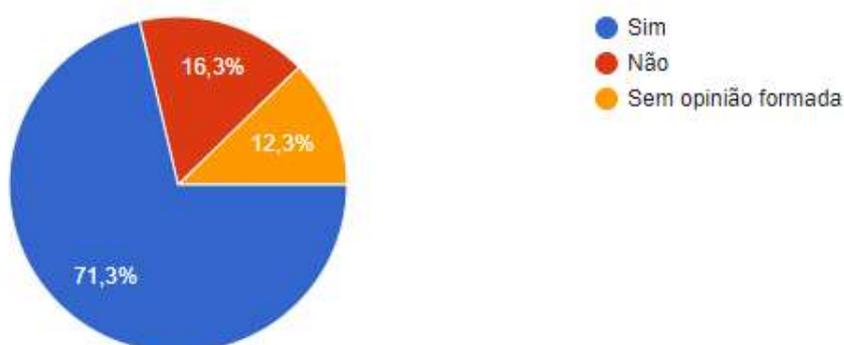
No tocante às diferenças fundamentais percebidas entre catolicismo e protestantismo, 36,1% dos inquiridos mencionaram “A Bíblia” (322), mas 28,3% não têm opinião formada (253). Note-se que 1,9% mencionaram a vida eterna (17), doutrina que é transversal a ambos os campos religiosos, o que representa claro desconhecimento da matéria em questão.

Gráfico nº4: Distribuição por percepção das diferenças catolicismo/protestantismo



71,3% das respostas recolhidas consideraram existir liberdade religiosa no país, contra 16,3% que responderam negativamente. No entanto e de acordo com a questão seguinte “Considera haver igualdade de oportunidades entre as diferentes comunidades religiosas no seu país?” apenas 49,7% consideram existir igualdade de oportunidades, o que sugere uma contradição, já que é suposto que a verdadeira liberdade religiosa implique a existência dessa igualdade de oportunidades, pelo que haverá um caminho a fazer na consciencialização do conceito de liberdade religiosa.

Gráfico nº5: Distribuição por percepção da igualdade de oportunidades



Comparando a Bíblia e o Alcorão em matéria de apelo à violência, a maioria não tem opinião formada (51,5%) o que parece indicar desconhecimento de um desses livros sagrados das religiões ou de ambos. Note-se, contudo, que 21,6% dos inquiridos considera que nenhum dos livros incita mais à violência do que o outro.

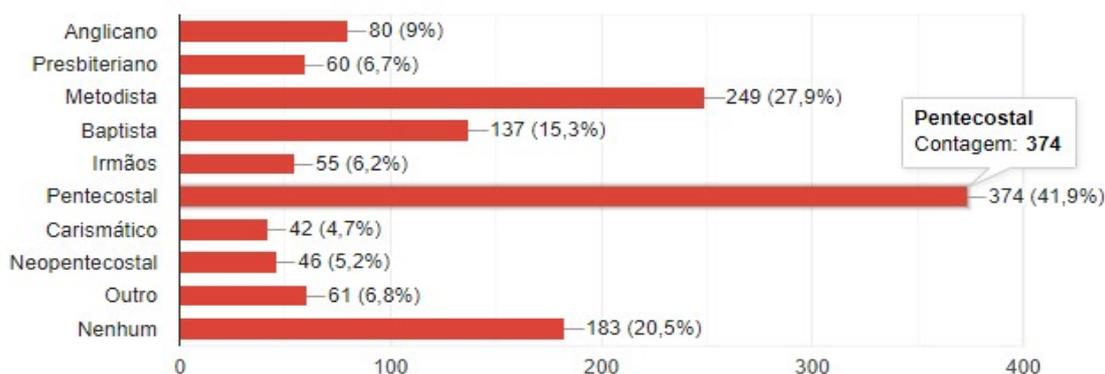
Gráfico nº6: Distribuição por percepção do apelo à violência entre Bíblia e Corão



Conhecimento da fé, doutrina e história do cristianismo

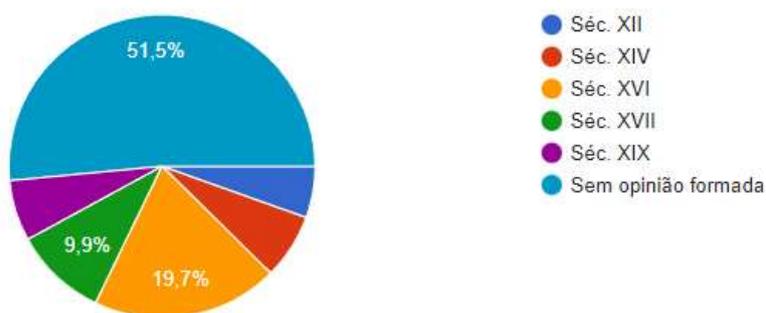
Relativamente ao conhecimento dos ramos do protestantismo, o pentecostal é o mais conhecido (41,9%), seguido do metodista (27,9%) e do baptista (15,3%). Porém, 20,5% dizem não conhecer nenhum (183). É curioso que apenas 5,2% declararam conhecer o ramo neopentecostal (46) apesar de os grupos que integram esta corrente estarem há muito tempo na comunicação social devido às polémicas em que estão envolvidos em diversos países, nomeadamente em Angola. Porém, admite-se a hipótese teórica de se terem confundido com o ramo pentecostal devido à designação muito próxima de ambos.

Gráfico nº7: Distribuição por conhecimento dos ramos do protestantismo



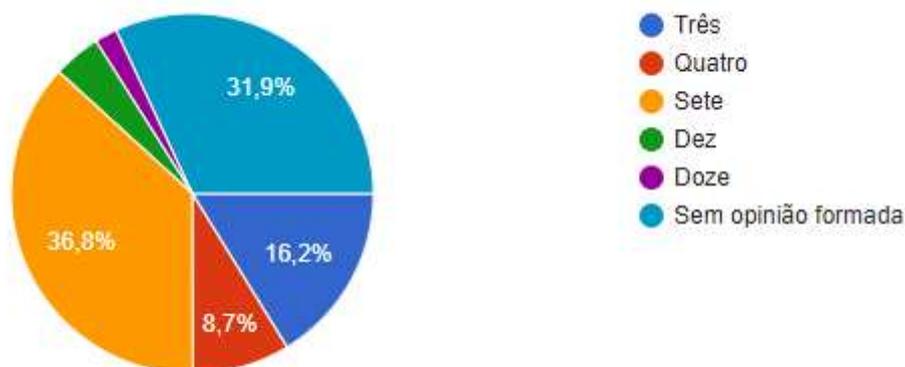
Perguntados sobre em que século surgiu a Reforma Protestante, apenas 19,7% responderam de forma correcta (séc. XVI), sendo que a maioria (51,5%) admitiu desconhecer por completo, o que revela falta de informação sobre a história da fé cristã, num país em que 71,8% dos inquiridos se afirmou como estando ligado ao cristianismo.

Gráfico nº8: Distribuição por conhecimento sobre o início da Reforma



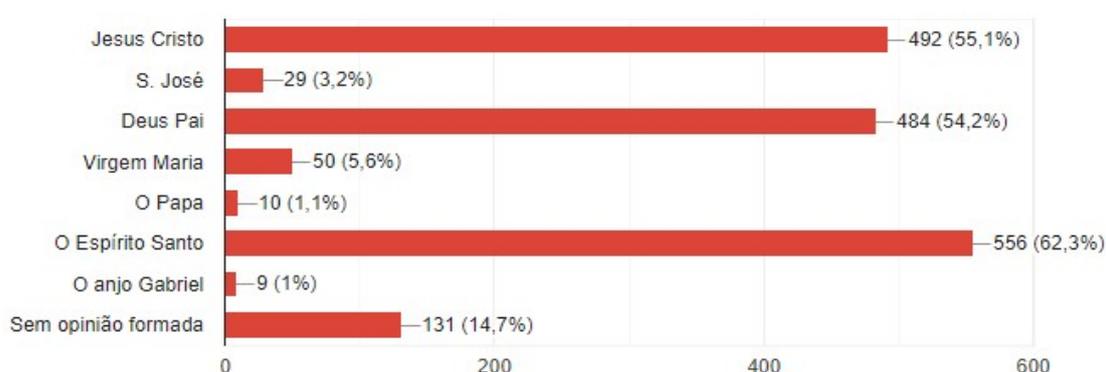
À pergunta “Sabe quantos sacramentos existem na doutrina católica-romana?” apenas 36,8% responderam correctamente e 31,9% afirmaram desconhecer. Registe-se que 42,6% dos inquiridos se assumiram como católicos (380), o que significa que nem todos eles conhecerão de facto as bases da fé que afirmam professar.

Gráfico nº9: Distribuição por conhecimento sobre os sacramentos



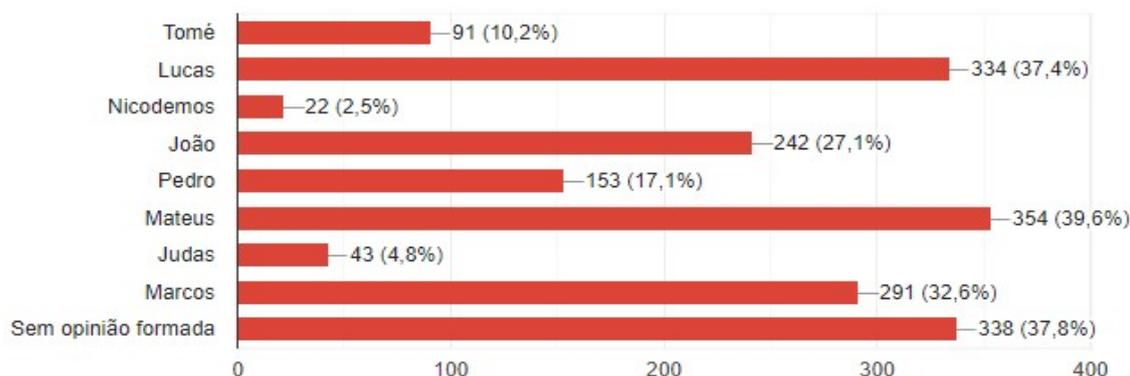
Sobre a questão relativa às figuras que integram a Santíssima Trindade, apenas 54,2% responderam correctamente indicando Deus Pai, Jesus Cristo e o Espírito Santo, mas em proporções diferentes, uma vez que as opções de resposta estavam separadas. Os que indicaram S. José, Virgem Maria, o Papa ou o Anjo Gabriel totalizam 11% das respostas, e 14,7% assinalaram não ter opinião formada. Sendo a doutrina da Santíssima Trindade nuclear na teologia católico-romana verifica-se aqui um desconhecimento significativo sobre princípios básicos da fé.

Gráfico nº10: Distribuição por conhecimento sobre a Trindade



À questão “Quais são os Evangelhos canónicos?” apenas 27,1% acertaram em todos – Mateus, Marcos, Lucas e João – mas um número significativo assinalou Tomé (10,2%), Nicodemos (2,5%), Pedro (17,1%) e Judas (4,8%). Note-se que 37,8% não tinham opinião formada (338). Ou seja, existe um profundo desconhecimento do livro sagrado dos cristãos, que é plenamente assumido por quase 4 em cada 10 respondentes, e somadas as respostas erradas verifica-se que 34,6% desconhecem o Novo Testamento.

Gráfico nº11: Distribuição por conhecimento sobre os Evangelhos canónicos



Figuras relevantes dos monoteísmos

Quanto à forma como encaram as figuras mais relevantes dos monoteísmos, 69,3% dos inquiridos considera Jesus Cristo como Filho de Deus, mas 14% um profeta, 5% um mestre e 6,7% não tem opinião formada. Já quanto a Maomé, 43,1% considera-o um profeta, mas 33,7% não tem opinião formada e as restantes respostas não são estatisticamente relevantes. E no caso de Moisés, 61,6% considera-o um profeta, 12% o Filho de Deus, 7,4% um homem bom e 11,1% não tem opinião formada.

Gráfico nº12: Percepção sobre Jesus Cristo

18. Considera Jesus Cristo, como...

893 respostas

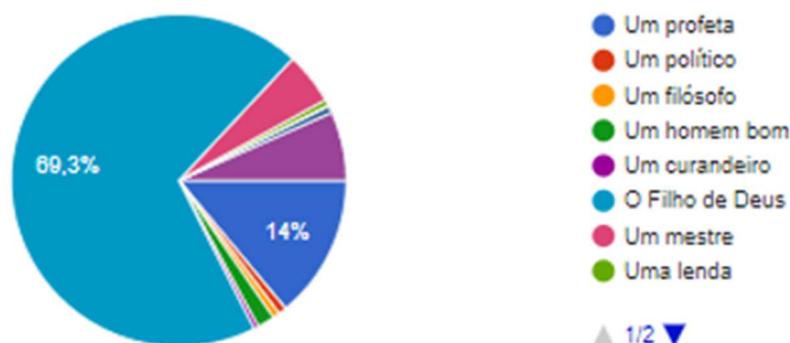


Gráfico nº13: Percepção sobre Maomé

19. Considera Maomé (Muhammad), como...

893 respostas

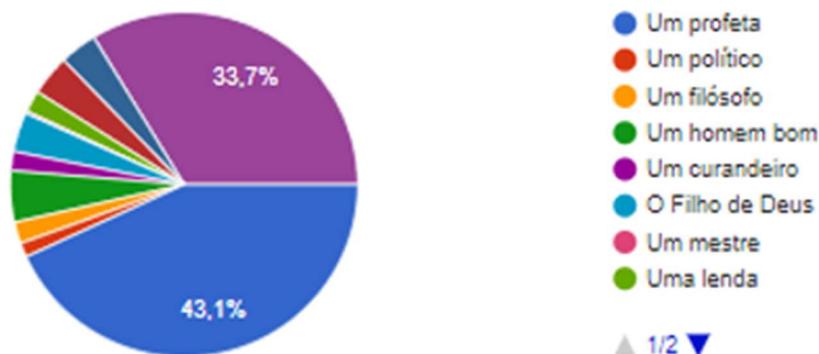
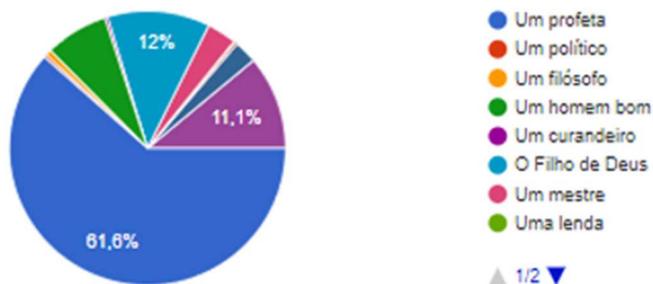


Gráfico nº14: Percepção sobre Moisés

20. Considera Moisés, como...

893 respostas



Papel das comunidades religiosas

Quanto ao desempenho das comunidades religiosas em geral, a opinião é que as cristãs (71,6%), as judaicas (29,1%) e as muçulmanas (22,6%) contribuem para a paz e a compreensão entre os povos. Sobre a promoção do desenvolvimento das comunidades humanas, responderam positivamente (cristãs: 20,6%; judaicas: 16,7%; muçulmanas: 12%). Relativamente a promover a defesa da vida humana (cristãs:16,7%; judaicas: 12,3%; muçulmanas: 9,5%).

Verifica-se assim que as comunidades cristãs obtêm uma maior apreciação positiva relativamente às judaicas e às muçulmanas. Terá que se ter em conta que o judaísmo é muito pouco visível no país e o Islão também será muito menos conhecido do que o cristianismo, o que pode ter influenciado decisivamente as respostas.

Gráfico nº15: Percepção sobre o papel das igrejas cristãs

21. Em geral as igrejas cristãs, no seu entender...

893 respostas

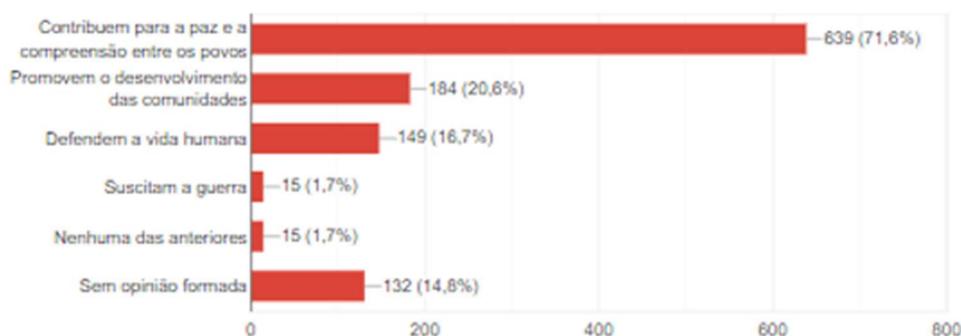


Gráfico nº16: Percepção sobre o papel das comunidades judaicas

22. Em geral as comunidades judaicas, no seu entender...

893 respostas

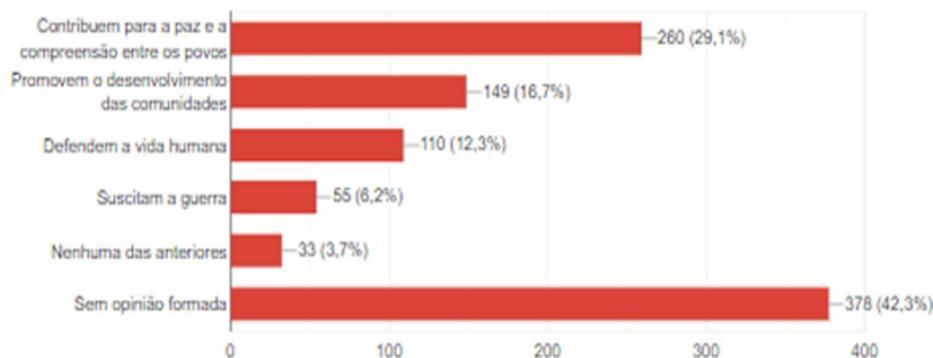
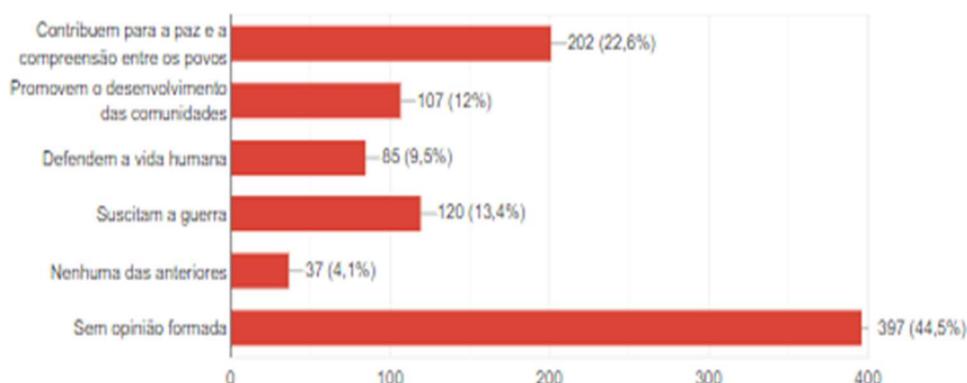


Gráfico nº17: Percepção sobre o papel das comunidades muçulmanas

23. Em geral as comunidades muçulmanas, no seu entender...

893 respostas



Sobre a legitimidade das comunidades religiosas

À questão “Considera legítimas todas as comunidades religiosas, mesmo quando discorda da sua doutrina e práticas?”, 47,3% respondeu positivamente, mas quase um terço respondeu que não (29,7%) e 23,1% não tem opinião formada, o que parece levantar o problema da tolerância religiosa numa fatia muito significativa dos estudantes do ensino superior em Angola.

Gráfico nº18: Percepção sobre a legitimidade das comunidades religiosas



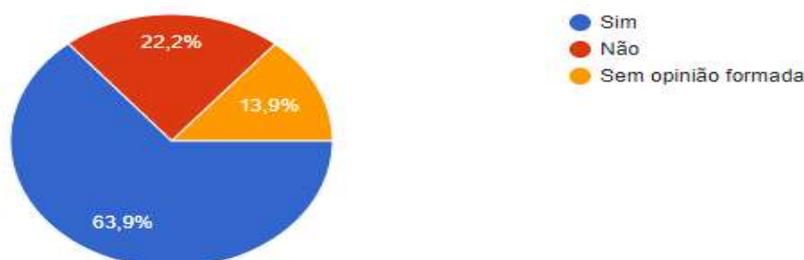
Preservação da herança religiosa

Dos inquiridos 63,9% consideram que mantêm a mesma crença religiosa dos seus pais, mas 22,2% respondeu que não e 13,9% não opinou.

Se juntarmos estas duas últimas respostas obtém-se 36,1% que negam ou não afirmam preservar a herança religiosa da geração anterior, o que coloca a questão da desidentificação religiosa teorizada por HERVIEU-LEGER (2008), fenómeno que se observa há muito na Europa e no mundo ocidental e que parece querer começar a fazer caminho em África, apesar do peso da tradição e do respeito pelo legado dos mais velhos, circunstâncias típicas das culturas africanas.

De resto este seria um possível caminho de investigação a trilhar em futuros trabalhos, tendo em conta as características culturais dos povos de Angola. Até que ponto a mudança de religião dos filhos em relação aos seus pais ou a ausência de prática religiosa e interesse pelo património religioso dos pais por parte dos descendentes se verifica actualmente na população angolana? Até que ponto a influência político-ideológica do poder desde a independência, de tendência ateia, pode ter alterado a disposição das novas gerações em matéria de compromisso religioso?

Gráfico nº19: Preservação da herança religiosa



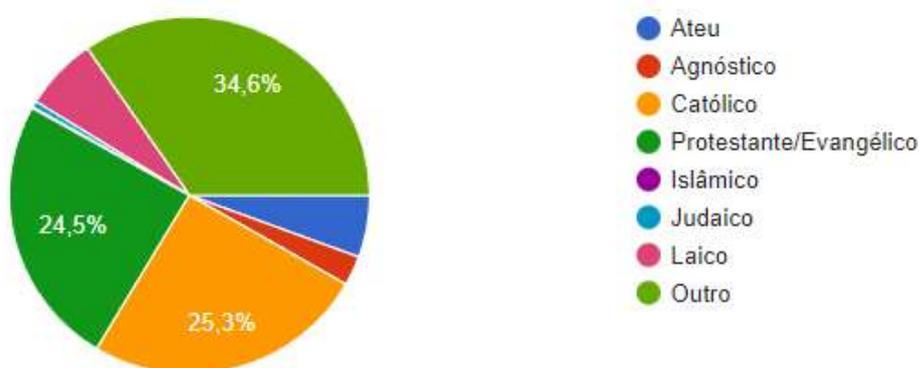
Perspectivas futuras

À questão “Como imagina o seu país, do ponto de vista religioso, daqui a uma geração (25 anos)?” as respostas repartiram-se da seguinte forma: 25,3% consideram que será católico, 24,5% pensam que será protestante/evangélico, 6,6% laico e 5,6% ateu. Todavia 34,6% considera que será outro, não especificado na pergunta.

Curiosamente as perspectivas na relação entre o segmento católico e o protestante/evangélico esbatem-se em matéria de perspectivas futuras quanto ao panorama religioso no país. Recorde-se que 42,6% dos inquiridos assumiram-se no início deste questionário como católicos (380) e 29,2% como protestantes/evangélicos (261), mas nas perspectivas de futuro apresentam agora percentagens estatisticamente idênticas, o que pode querer significar que no geral antecipam uma quebra do primeiro segmento ou um crescimento mais rápido do segundo segmento relativamente ao primeiro.

Já as previsões para os grupos de ateus e agnósticos juntos não vão além de 8,3% (74 indivíduos), e os judeus (0,6% e 5 indivíduos) não são estatisticamente relevantes, mas causa estranheza não existir uma única resposta para o Islão, tendo em conta que é uma religião que, ao contrário do judaísmo, apresenta uma tendência de crescimento no mundo.

Gráfico nº20: Percepção do futuro religioso do país



Conclusão

De um modo geral verifica-se que existe um profundo desconhecimento em matéria espiritual mesmo entre os que se assumem como ligados às confissões religiosas. Este fenómeno levanta a questão de se saber que tipo de compromisso existirá da parte destes indivíduos para com as confissões a que dizem pertencer, ou se essa filiação será em muitos casos apenas uma espécie de marca distintiva, cultural ou de enquadramento social e não um verdadeiro compromisso pessoal de vida e fé com uma comunidade religiosa.

Relativamente ao conhecimento da fé, doutrina e história do cristianismo as respostas globais revelam uma ignorância significativa. Não se trata apenas de desconhecimento de pormenores secundários relativos à liturgia ou no âmbito da tradição das diferentes confissões, mas de matérias estruturantes das religiões, como constructos doutrinários fundamentais (caso da constituição da Trindade; caso do número de sacramentos no catolicismo romano; caso da identificação dos evangelhos canónicos ou mesmo o caso do século que se iniciou a Reforma protestante).

Também deixa alguma preocupação a questão da intolerância religiosa. Verificou-se que os que negaram aceitar a legitimidade das confissões religiosas quando discordam da sua doutrina e práticas (29,7%; 265 indivíduos) somados aos que não têm uma opinião formada (23,1%; 206 indivíduos) alcançam a maioria dos respondentes atingindo um score de 52,8% (471). Ora, este resultado parece levantar o problema da tolerância religiosa numa fatia muito significativa dos estudantes do ensino superior em Angola, para mais quando 71,3% dos inquiridos afirmaram considerar existir liberdade religiosa no país (637).

Creemos que os líderes religiosos poderão aproveitar este estudo assim como teólogos e investigadores das ciências sociais e humanas, até porque ele sugere novas pesquisas, mais específicas, para quem trabalha na área da ciência das

religiões, sociologia, ciência política e direitos humanos entre outras áreas científicas.

Bibliografia consultada

Gouveia, J. B. (2006). *As Constituições do Estados de Língua Portuguesa* (2^a Edição). Lisboa: Almedina.

Heintze, B. (2007). *Angola nos séculos XVI e XVII, Estudos sobre Fontes, Métodos e História*. Luanda: Editora Mateus Valódia.

Henderson, L. W. (2001). *A Igreja em Angola*. Luanda: Editorial Além-Mar.

Henriques, I. C. (1997). *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto da Cooperação Portuguesa.

Hervieu-Leger, D. (2008). *O peregrino e o convertido: A religião em movimento*. Petrópolis: ed. Vozes.

Horta, N. P. (1998). *Liberdade religiosa e culto*. In Gomes, M. S. C. *Liberdade Religiosa, Realidades e Perspetivas* (Coleção Lusitana Canónica, Atas das V Jornadas de Direito Canónico, pág. 91). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de Direito Canónica.

Instituto Nacional de Assuntos Religiosos [INAR] (2011). *Actas do Workshop sobre o Fenómeno Religioso em Angola: Um Debate Recorrente* (Luanda, 14 e 15 de junho). Luanda: Ministério da Cultura.

Instituto Nacional de Assuntos Religiosos [INAR] (2008). *Panorâmica das Religiões em Angola Independente: 1975-2007*. Luanda: Ministério da Cultura.

Instituto Nacional de Assuntos Religiosos [INAR] (2008). *Revista Religiões e Estudos*. H&I. Angola: INAR

Instituto Nacional de Assuntos Religiosos [INAR] (2009). *Revista Religiões e Estudos*. Angola: INAR

Kundongende, J. C. (2013). *Crise e Resgate dos Valores Morais e Culturais na Sociedade Angolana*. – Luanda: Editora Ministério de Educação.

- Machado, J. E. M., & Costa, P. N. (2011). *Direito Constitucional Angolano* (1ª Edição). Coimbra: Coimbra Editora.
- Martinez, F. L. (2009). *Religiões Africanas Hoje*. Maputo: Paulinas, Maputo.
- Matos, L. S. (2011). *A Separação do Estado e da Igreja* (1ª Edição). Lisboa: D. Quixote.
- Neto, D. (2017). *Angolanidade e História*. Luanda: Mayamba Editora.
- Neves, T. (2012). *Angola Justiça e Paz*. Lisboa: Editora Texto.
- Neves, T. (1995). *A Igreja Angolana e o Meios de Comunicação Social*. Braga: Tilgráfica.
- Pélissier, D. W. R. (2011). *História de Angola*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- Wheeler, D. (2009). *A história de Angola*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.

*Recebido em 19 de Março de 2022
Aceite em 28 de Maio de 2022*



Este artigo está licenciado sob a licença: Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Olhar Científico.